

Inês de Castro no Reinado de D. Pedro



Iniciamos o capítulo sobre a influência de Inês de Castro no reinado de D. Pedro com a foto da portada principal da Quinta de Canidelo, local onde viveram dois de seus anos felizes. Daí rumaram para Coimbra, após passagem por Bragança.
(gentileza de Graça Nascimento)

Provavelmente você, leitor amigo, a respeito da síntese biográfica de D. Pedro I, observaria:

— Tão pouco? — referindo-se às realizações do rei.

Respondo, lembrando que o objetivo deste livro é destacar o amor de Inês e Pedro e seus desdobramentos. Os tratados de história enfocam com mais riqueza e profundidade os atos formais dos soberanos.

No curto reinado de dez anos, já se manifestam em Pedro as consequências da influência da Rainha Santa em sua vida, desde os tempos em que conviveram à época de D. Afonso IV.

E acrescentamos também, no próprio período de seu reinado, a atuação espiritual da avó, com a participação de Inês de Castro.

Houve excessos? É claro. Mas o povo conheceu a paz duradoura, as benesses de uma

política voltada à gente humilde, que se beneficiou da justiça e da prosperidade.

É imperioso ressaltar que Pedro não se livrou das marcas mais profundas dos ferimentos que as agruras da vida lhe impuseram, com severos danos à saúde.

Fez de seu governo o mais itinerante do período afonsino, em constante peregrinação pelo reino — não se assentando mais que um mês em cada lugar — o que lhe revelava a grave inquietação interior.

Morreu cedo, atormentado. Sua vida se destroçara com a perda de Inês, ainda quando costuravam os sonhos dourados dos tempos de Coimbra.

A presença da companheira é evidente em seu mandato real.

No fim da primavera de 1360, já se comentava pelo reino a notícia de que D. Pedro havia se casado oficialmente com Inês de Castro.

Sirvo-me aqui do que Domingues escreve a respeito, adaptando e sintetizando seu relato. Exponho também minha opinião, assentada em outros autores e em convicção pessoal.

A notícia, veiculada a partir do palácio real, carregava em seu bojo mais detalhes.

Vamos aos fatos.

D. Pedro mantivera a união em segredo, por temor às represálias paternas.

Eis a descrição formal do casamento, cuja realidade é discutida por alguns estudiosos.

No início do quarto ano de seu reinado, em junho de 1360, Pedro assumiu publicamente Inês como esposa em Cantanhede.

Com ele estavam D. João Afonso Telo de Menezes, Vasco Martins de Souza, chanceler-mor, e ainda o mestre Afonso das Leis, pessoas de sua confiança.

O ato foi oficializado em Coimbra, com a presença de duas testemunhas, que declararam saber do casamento de Pedro com Inês de Castro: D. Gil, que era então bispo da Guarda, e Estevão Lobato, criado do rei.

Confirmou o bispo, na condição de deão da Guarda — município da tradicional Província de Beira Alta — que cerca de sete anos antes, o infante e D. Inês passaram pela Vila de Bragança e que Pedro o mandara chamar um dia à sua casa, na presença de Inês, dizendo-lhe

que a queria receber por mulher. E apondo ambos suas mãos sobre as do bispo, foram por este declarados oficialmente casados, assim permanecendo até a morte de Inês.

Estevão Lobato, que fora criado de D. Afonso e passara posteriormente a exercer as mesmas funções junto a D. Pedro, fez declarações idênticas às do bispo da Guarda, acrescentando que D. Pedro e D. Inês tinham casado num dia de Ano Bom, 1º de janeiro de 1354, e ido residir em Coimbra.

Era, assim, Inês de Castro rainha, ainda que apenas reconhecida após sua morte.

Entendo que a tão discutida Declaração de Cantanhede, que traz a público o casamento de Pedro com Inês, antes de sua morte, tenha realmente ocorrido em Bragança, ou, quem sabe, em Alcobaça.

Sabemos que os monges cistercienses daquele mosteiro sempre foram ligados a D. Pedro, já desde os tempos de Afonso IV, com quem mantiveram severas desavenças.

Seria o Mosteiro de Alcobaça, e assim pensa António Cândido, o local mais adequado à cerimônia, mantida estrategicamente em segredo.

Pouco depois da oficialização do casamento em Coimbra, ocorreria em Santarém a execução de Álvaro Gonçalves e Pero Coelho.

Levar Inês para Alcobaça era outro sonho acalentado por Pedro.

Ali mandara construir os túmulos para ambos e moldar a estátua jacente de Inês, ostentando a coroa de rainha.

Para Pedro, precocemente envelhecido, enfermo, com crises frequentes de dores terríveis que o prostravam, o tão sonhado empreendimento significava perpetuar o amor que vivera, prestando à companheira querida a definitiva homenagem.

O traslado, segundo Montalvão Machado, se deu a 2 de abril de 1362. Entretanto, António Cândido considera que tenha ocorrido em 24 de abril do ano anterior.

São comuns as divergências de datas com respeito aos fatos medievais, pela natural dificuldade de pesquisa.

Domingues e António Cândido dão-nos em seus relatos a noção clara do que foi a empreitada de D. Pedro para transferir os restos mortais de Inês à distante catedral. De modo

sucinto, exponho a inédita e memorável cerimônia, certamente a mais expressiva da longa noite medieval.

A cena é imponente, mesmo despojada dos véus fantásticos da lenda, que dela se apoderou.

Nessa solenidade, evidencia-se o empenho quase que compulsivo de Pedro, para prestar a Inês honras de soberana.

No convento de Santa Clara, onde jazia, a urna é colocada num carro puxado a mulas e envolvida em rosas brancas, a cor do luto daqueles tempos.

O féretro deixa Coimbra a 24 de abril em direção a Alcobaça — no mais impressionante cortejo visto em Portugal — percorrendo as estradas iluminadas por clarões de tochas.

Durante o longo percurso, camponeses e presos libertados por ordem expressa do rei perfilam-se de ambos os lados da estrada, engalanada por círios e archotes. Com humildade e reverência, ajoelham-se no pó do caminho.

Seguem o singular cortejo o povo de Coimbra, habitantes das regiões percorridas que se lhe associam, dignitários do clero, como o bispo da Guarda e cônegos, e a fidalguia, em

que se destacam D. João Afonso Telo de Menezes e muitos cavaleiros.

Já na madrugada, a caravana impõe-se breve descanso, quando a procissão noturna chega a Leiria. Pedro contempla o céu de primavera e olha entristecido para o caixão de Inês, tomado pela lembrança dos tempos felizes. Os mais próximos ouvem-no balbuciar, como se falasse para si mesmo:

— Por que, meu Deus, perdi minha companheira? Era um anjo de bondade, não magoava ninguém...

Contudo, uma intuitiva sensação de paz o envolve e tranquiliza. A querida avó Isabel o abraça com muito afeto, dizendo-lhe:

— Continua tua caminhada, não te deteñas, meu neto querido. Leva Inês ao eterno pouso de rainha que lhe construíste em Alcobaça com desmedido amor...

Após o rápido descanso, a multidão, sob o comando de Pedro, retoma a longa caminhada.

A manhã surge com o sol no horizonte deitando clarões avermelhados à terra ainda fria e úmida, e o corpo de Inês, envolto em pétalas de rosas, continua a ostentar sua imponência de

rainha. O sol, as claridades e a lufada matutina reanimam a todos. Até Inês parece sorrir.

As florações da primavera crescem nos campos e os botões das vinhas começam a abrir-se. Os rouxinóis entoam seus cânticos em penhor do novo dia.

Uma coroa de ouro adorna a cabeça de Inês, cuidadosamente colocada junto ao corpo. Restos amarelecidos de seus cabelos cobrem-lhe o rosto sem vida. Piedosamente envolvem-na em um lençol tão alvo quanto a pureza de sua alma.

Os rudes homens, suas mulheres e filhos vindos das areias do litoral e o povo humilde dos campos vêm passar o rei e, já nos arredores de Alcobaça, contemplam o corpo de Inês, ajoelhando-se, como a gente simples o fizera ao longo do trajeto.

Procuram chegar mais perto do carro funerário no anseio de ver o rei amigo e aquela bela mulher, cuja morte tão violenta não conseguem compreender.

O féretro chegou a Alcobaça — anunciado por arautos em seus cavalos — na tarde de 25 de abril de 1361, com cerca de um dia de viagem.

O sol a pino espraiava, em homenagem a Pedro e Inês, por entre as árvores revigoradas pela primavera, seus raios plenos de calor e de vida. Na praça de Alcobaça recamada de pétales de flores, aos sons da tradicional charabela, era anunciado o cortejo real.

D. Pedro desceu de seu cavalo e seguiu a urna até a nave do templo. Caminhava como se não estivesse tocando as duras lajes do solo, mas sim qualquer coisa de macio, de imaterial, como se percorresse ignotos caminhos.

Extenuado, não acompanhou o resto das exequias, nem a coroação póstuma, nem o beija-mão, nem o longo desfile perante o maravilhoso túmulo, esculpido pelos mestres da escola coimbrã.

A comoção e o cansaço prostraram-no. Quase inanimado, os filhos o levaram a local mais distante do murmurinho da cerimônia.

Lá fora, os sinos dobravam sem cessar, e seu canto monocórdico buscava alcançar os páramos celestiais, de onde Inês talvez contemplasse a homenagem que lhe prestava o rei...

D. Pedro tranquilizou-se com as solenidades de Alcobaça.

Alguma serenidade o acompanhava, talvez também porque conseguira fazer de Inês rainha, como lhe prometera nos tempos em que nuvens carregadas ameaçavam-lhes a sonhada paz que não chegaram a alcançar.

A candente promessa é relatada por Inês do Plano Espiritual, em longo diálogo, que colocamos no capítulo ‘As Pazes de Canaveses’.

Ainda reinou em torno de um lustro depois da trasladação dos restos mortais de Inês para Alcobaça. Vergava-o uma velhice precoce.

Aparentava idade bem mais avançada que seus 41 anos à época do traslado.

As crises de dores atrozes não o deixavam. Motivos não faltaram para que sua saúde fosse definitivamente combalida.

Primeiro o golpe vibrado pelo pai ao expulsar Inês para Castela, a seguir a ansiedade dos meses de separação e, por fim, a atroz cena da cabeça decepada no período mais feliz de sua vida.

Com bastos motivos para ser um louco, revelou-se um dos reis mais ajuizados da dinastia afonsina. Nos últimos anos de sua vida, apesar de bastante cansado, não cessava de percorrer o reino.

Causticado pela dor e pelas injúrias do destino, contra o qual reagiu galhardamente, nas vascas da morte perdoou ao único dos algozes de Inês que sobrevivera: Diogo Lopes Pacheco.

Seus derradeiros dias, viveu-os em Estremoz, talvez com a presença do prior dos hospitalários, D. Álvaro Pereira, já nosso conhecido. O amigo teve importante participação na vida de D. Pedro desde os tempos de juventude do infante.

Alguns anos mais velho, visitava-o regularmente, ensinou-lhe as artes da cavalaria, foi seu interlocutor junto ao pai em várias situações e interveio com prudência para obter a cessação da guerra civil que se seguiu à morte de Inês.

Devê-se também creditar ao prior sua memorável participação nas guerras que culminaram com a expulsão dos árabes da Península.

Pedro faleceu às primeiras claridades do sol nascente, na madrugada de 18 de janeiro de 1367, antes de completar quarenta e sete anos.

E diziam as gentes — confessava Fernão Lopes — que tais dez anos nunca houvera em

Portugal, como aqueles em que reinara D. Pedro.

Foi essa gente anônima, talvez inspirada em seu longo calvário, em que sorveu o cálice da dor e da saudade, que o cognominou de justiceiro.

Imagino que, nos estertores da vida, tenha recordado minuto a minuto os tempos felizes em que viveu com Inês e os filhos, distante das tramas palacianas, escondido da perseverança paterna em dissolver-lhes a união feliz e simples, como são os enlaces de almas que se amam.

E onde transcorreram esses tempos tão fugazes, como a floração de nossos ipês?

Vejamos:

Após a morte de Constança, Pedro foi visitar Inês no Castelo dos Albuquerques.

E ali, certa feita, mais distante da anfitriã, sua tia Tereza, em entendimento reservado com Inês, nos primeiros dias da primavera de 1346, de chofre o infante lhe diz:

— Inês, vamos voltar a Portugal!

No capítulo ‘Retorno de Inês de Castro a Portugal’, na sequência do livro, detalhamos o incontido desespero de Inês, aflitíssima ante a

decisão irrevogável do infante, tão difícil de aceitar, não obstante seu intento de não mais se afastar do companheiro.

Apesar das preocupações quanto ao risco sempre iminente de D. Afonso IV separá-los, ainda que fosse necessário o uso da violência, a sofrida dama decidiu acompanhar Pedro.

Após os preparativos de praxe, partiram.

Serviçais de confiança da tia e do primo João Afonso os acompanharam até a fronteira de Castela com Portugal.

Atravessaram a Serra de São Mamede, passaram por Portalegre, já em terras lusitanas, e percorreram pouco mais de 200 km rumo de Santarém.

Prosseguiram viagem até os arredores de Peniche, na época ainda uma ilha, mais tarde incorporada ao continente pela ação caprichosa da natureza.

Ali fixaram-se, usufruindo dos tempos mais felizes de seus dez anos de vida conjugal, que se encerrariam tragicamente em Coimbra, na fria manhã de 7 de janeiro de 1355.

Inicialmente, Pedro e Inês se recolheram no Paço da Serra, em Serra de El-Rei, freguesia

do concelho de Peniche, situada a sessenta quilômetros ao sul de Alcobaça. Posteriormente, passaram a fazer uso também do Paço Real de Moledo, uma légua mais ao sul.

Nessa região mágica de Portugal, vizinha ao mar, nasceram-lhes os três primeiros filhos: Afonso, que logo faleceu, João e Dinis.

Em 1352, deslocaram-se para o norte e, na foz do Douro, em Vila Nova de Gaia, acomodaram-se na Quinta de Canidelo, onde o anseio de paz se materializou por cerca de dois anos.

Pedro presenteou Inês com a Quinta, que mais tarde seria herdada pelos filhos do casal e habitada, de modo especial, por Beatriz até sua compulsória saída de Portugal para Castela.

Indiscutivelmente, nas terras da Lourinhã e em Canidelo, passaram momentos inesquecíveis de sua atribulada vida de fugas e incertezas. Os diálogos nessas plagas eram simples, como singela era a vida:

— Pedro, traze algo do mar para as crianças comerem.

— Não te descures dos cuidados da caça.

— Não cavalgues tanto, volta logo, por favor; as crianças te aguardam.

— Põe atenção aos perigosos touros em Atouguia.

— Tem cuidado com João, ainda é muito pequeno.

— Dinis não está bem. Este ano o inverno promete rigor, e os ventos úmidos do outono não nos deram sossego. Precisamos batizá-lo em Alcobaça. Deves procurar os frades amigos que lá tens...

A todas essas inocentes recomendações Pedro anuía com um sorriso tranquilizador.

Havia, contudo, diálogos mais tristes e que traziam de volta todo o desespero da realidade que viviam: o futuro rei não podia escolher a companheira. Era prerrogativa do Estado.

Na doce solidão daqueles aprazíveis recantos, tais colóquios sobre o repúdio real à união eram os únicos obstáculos à paz que tanto procuravam.

Durante o agradável período em Canidelo, o casal dirige-se, em curta permanência, a Bragança, ainda no norte e, em 1354, desce para Coimbra. Foi sua derradeira fuga do olhar severo e perseguidor de Afonso IV. No início do ano seguinte, o idílio impossível teve seu fatal desfecho...

Nos últimos minutos de vida, no leito da morte, as cenas dessas lembranças passaram uma a uma pela memória de Pedro.

Misturavam-se com palavras apenas por vezes comprehensíveis, que murmurava desesperado, como os nomes de Inês e das crianças.

As raras pessoas piedosas, que o acompanhavam naqueles momentos derradeiros, mal conseguiam disfarçar a emoção provocada pelo sofrimento do infeliz soberano, que deixava o mundo.

Chovera a bátegas na véspera, mas, na noite de sua agonia, um domingo, no céu claro e estrelado, pontificavam as constelações típicas do inverno português. Talvez em homenagem ao rei doente e alquebrado, que, nas noites claras de Estremoz, quedava-se a contemplar as estrelas cintilantes do firmamento.

Em seu leito de dor, pressentiu a morte e tomou as suas disposições finais. Destacamos entre outras:

— A Quinta de Canidelo, na foz do Douro, que oferecera a Inês, para os filhos do casal, contemplados também com ricos dotes.

— Seu sepultamento em Alcobaça, junto de Inês.

Aos filhos não impôs casamento...

Quem sabe, nas horas últimas, recordasse aquele sonho em que vira um de seus filhos de nome João ascender ao trono. Não chegou a saber qual deles seria.

E assim morre o rei. Vira-se uma página da História, outras começam a ser escritas...

Valeu a pena o seu reinado? É muito difícil a análise de uma vida e de um governo.

Nos eventuais desacertos e nos excessos que teria cometido, segundo alguns cronistas, no exercício da férrea justiça real, observamos o travo de amargura que a morte de Inês o fizera carregar pelos doze anos que viveu após a tragédia de Coimbra.

Justiça se lhe faça, em seu reinado observamos o soberano correto e incansável, preso aos reais compromissos e responsabilidades e sempre preocupado com Portugal e sua gente.

Amou os filhos que teve.

Nas Cortes de Elvas, impôs o reconhecimento de infante aos filhos de Inês, oficializando-lhes o ingresso à Casa Real.

Ao outro João, o filho de Tereza Lourenço, entregou a importante Casa de Avis, preparando-lhe o caminho para que viesse a

reinar, em 1385, sucedendo a Fernando I, com equilíbrio e descortino.

Creio que o longo olhar de despedida que o rei trocou, então, com o filho bastardo de apenas cinco anos, que partia para Avis, onde se submeteria aos rigores da Ordem, já lhe dizia intimamente que um dia aquela criança seria rei.

Colocou a formação cívica e a educação dos filhos nas mãos privilegiadas do amigo Nuno Freire, membro da Ordem do Cristo.

Seu pai, Afonso IV, no Plano Espiritual, ao receber-lhe o espírito, com Inês e a Rainha Santa, deve ter pensado:

— Que engano cometí ao punir Inês e Pedro, não obstante meu empenho na defesa do reino. Era um simples caso de amor, distante das querelas do poder...

Não intuiu que o problema maior que temia, a influência de Castela em Portugal, surgiria mais tarde, no fim do reinado de Fernando, seu neto, fruto da união legítima de D. Pedro com D. Constança.

Pedro, inspirado por Isabel de Aragão e também por Inês de Castro, já readaptada ao Plano Espiritual, procurou dar paz ao povo que

tanto amou. A paz que não teve em sua infeliz vida, solitária e tumultuada pelos sonhos terríveis de dor e saudade, suas inseparáveis companheiras.